

INVASÕES PERUANAS CONTINUAM NO ALTO JURUÁ

Marcelo Piedrafita Iglesias

Nada ainda como o antigo e eficiente trabalho de um antropólogo, indo “ver de perto para contar de certo”. Tanta gente andou pela fronteira internacional nos últimos meses e até agora ninguém trouxera dados substantivos como os que você destrinchou no último Papo de Índio, publicado no dia 21 de novembro no Página 20, tratando das dinâmicas da invasão feita por madeireiras peruanas na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia e no Parque Nacional da Serra do Divisor. Por isso, vou me dar o trabalho de ressaltar e comentar algumas das novidades que li, fruto de seu criterioso trabalho de campo na aldeia Sawawo dos Ashaninka peruanos, e adicionar um conjunto de outras informações sobre o cancelamento da reunião programada para a primeira semana de novembro em Pucallpa e algumas das intenções que têm norteado os entendimentos travados pelos Governos do Acre e do Departamento do Ucayali desde início de 2004.

Em levantamentos de dados que eu fizera em sites do lado peruano, a Florestal VENAO SR Ltda. não aparece em nenhum lugar como adjudicada por concessões florestais dos concursos públicos promovidos pelo governo do país vizinho. Consta, como você apurou, enquanto considerável exportadora de madeira para diferentes países. Em 2003, por exemplo, só de caoba (mogno), a VENAO exportou 770 metros cúbicos para os EUA e 448 metros cúbicos para a República Dominicana. De cedro, exportou 275 metros cúbicos para os EUA.

As informações que você produziu esclarecem a seguinte charada: se não tem concessões naquela região, porque a VENAO é insistentemente nomeada pelos Ashaninka brasileiros como responsável pelas atividades de extração de madeira no alto rio Amônia e pela invasão e destruição de sua terra? A VENAO não precisa de concessão florestal, porque, dentro do Peru, a extração da madeira é feita com base em solicitações feitas pelos próprios Ashaninka de Sawawo ao Ministério da Agricultura, via Instituto Nacional de Recursos Naturales (INRENA), através das quais estes últimos obtiveram permissão de exploração mediante promessa de desenvolver planos de manejo "sustentáveis", com o posterior reflorestamento de árvores semelhantes às derrubadas. Em território peruano, pelo menos à primeira vista, tudo dentro da mais estrita legalidade.

É fato que a VENAO financia o envio de técnicos, a elaboração dos planos de manejo e até as gestões dos Ashaninka em Pucallpa e Lima, mas do ponto de vista da legislação, repito, não há aparente ilegalidade no que a VENAO está fazendo do lado peruano. Ainda que, na nossa visão, não a dos Ashaninka do Peru, eles e a empresa madeireira estejam detonando as florestas de Sawawo e, portanto, comprometendo a vida futura desse povo.

A ilegalidade está sim no fato dessas atividades estarem extrapolando o território peruano e entrando no brasileiro, ou seja, na TI Kampa do Rio Amônia e no Parque Nacional da Serra do Divisor. No caso do PNSD, será a mesma VENAO, ou outras empresas estarão envolvidas? Desconfio que haja também outras. Em pesquisas na internet, constatei que nesse mesmo trecho da fronteira internacional que coincide com o Parque, a terra Ashaninka e a Reserva Extrativista do Alto Juruá há pelo menos outros quatro contratos assinados por empresas madeireiras de Pucallpa e o INRENA, correspondendo a oito "unidades de aproveitamento" (lotes destinados à exploração de madeira) e uma área agregada de pouco mais de 52 mil hectares de floresta.

Outra possível ilegalidade incorrida pela VENAO é que, mesmo dentro do Peru, a empresa de Pucallpa pode estar usando a permissão obtida pelos Ashaninka para extrapolar suas atividades para fora de Sawawo, usando esta terra indígena (ou comunidade nativa, como eles chamam lá) enquanto lugar para "esquentar madeira" tirada de áreas fora daquela legalizada pelo INRENA, órgão que tem as atribuições legais para apurar esses fatos e corrigir eventuais ilícitos.

Por outro lado, seguindo a tradicional lógica do aviamento, não é a VENAO que aparece localmente fazendo o trabalho sujo e braçal, apesar dela fornecer o maquinário pesado e técnicos especializados para operá-los. Aquela atividade tem ficado a cargo dos próprios Ashaninka peruanos e de empresas subempreitadas, que por sua vez, empreitam mestizos e índios lascados das redondezas, esses que o governo brasileiro prendeu agora e levou para a penal de Cruzeiro do Sul, como troféu de guerra e trunfo em futuras negociações diplomáticas com o governo peruano.

O nosso governo, por sinal, deu um show de competência nas "táticas de guerra", mas, a meu ver, de total incompetência na medida em que se obrigou a explodir, serrar e queimar toda a madeira apreendida, causando outros problemas ambientais graves na terra Ashaninka e no PNSD. Mais uma prova cabal de que o governo é bom de fazer incursões rápidas, mas não tem tempo, pessoal, recursos ou vontade política para buscar outras soluções locais, como seriam, a meu ver, garantir as madeiras apreendidas até a chegada das

chuvas (que já estão começando), desce-las pelos igarapés e doa-las para as populações tradicionais fazerem suas casas e outros usos, e/ou promover leilões que arrecadassem recursos destinados a essas populações como forma de compensação pelos prejuízos ambientais, sociais e culturais por elas sofridos.

Se o governo brasileiro está pensando em demandar compensações monetárias do governo peruano e das madeireiras por conta dos prejuízos causados em território brasileiro, não seria justo, no limite, que os Ashaninka e moradores do PNSD recebessem indenização também do governo brasileiro por conta da destruição da madeira já apreendida e dos novos prejuízos ambientais causados em seus territórios? Fica aí uma questão, a título de provocação.

E retorno, agora, ao assunto da reunião de Pucallpa, desmobilizada poucos dias antes de seu início por decisão unilateral do governo acreano, sem que tivesse realizado qualquer consulta prévia à sua contraparte ucayalina. É digno de nota, todavia, que o comunicado do Governo do Acre acabou acertando nos termos e no tom, ao destacar a importância da realização da reunião em uma data futura, depois que os problemas na fronteira internacional pudessem ser devidamente avaliados e solucionados por ambas as partes.

Mesmo considerando que, de fato, a situação era de tensão após a prisão dos 38 peruanos e de que não era a hora mais adequada dos Ashaninka do Amônia darem as caras em Pucallpa, fiquei com pena de não ter se concretizado uma excelente oportunidade da gente, Julieta e eu, como representantes da Comissão Pró Índio do Acre, uma organização da sociedade civil, ter ido até lá participar de uma agenda puxada pela Secretaria Técnica Estado do Acre-Região Ucayali. Esta instância foi instalada em 23 de abril de 2004 para dar caráter executivo às discussões sobre a integração, em todos os sentidos, entre as regiões do Juruá e do Ucayali, e ficou composta por três membros do Governo do Acre, dois do Governo do Ucayali e um representante da Câmara de Comércio e Indústria do Departamento peruano.

Um dos principais motes da discussão para a qual o Governo do Ucayali convidara o Governo do Acre (e a reboque ONGs, pesquisadores, lideranças indígenas e órgãos do governo federal, como o Ibama e a Funai) era a intenção de criar duas Áreas de Conservación Regional (Isconahua e Murunahua-Tamaya), situadas ao longo da fronteira internacional. Essas Áreas de Conservação somariam pouco mais de 1,5 milhão de hectares e passariam a incluir terras de 15 Comunidades Nativas e um Centro Poblado, duas Reservas Territoriais (Isconahua e Murunahua) destinadas a povos indígenas "en aislamiento voluntario" ("isolados"), além de quantidade considerável de concessões para produção madeireira. Do lado acreano da fronteira, fariam limites com o PNSD, a Reserva Extrativista do Alto Juruá e cinco TIs (Kampa do Rio Amônia, Kaxinawá-Ashaninka do Rio Breu, Kaxinawá do Rio Jordão, Alto Tarauacá e Kampa e Isolados do Rio Envira).

Em relação a esta proposta, considero que da parte do Governo do Ucayali, que tem poder legal de criar essas áreas de jurisdição regional, há o desejo de demonstrar vontade política e ações concretas visando a proteção das florestas situadas na fronteira internacional e das populações tradicionais que ali moram, em ambos os lados. Essa medida é obviamente desejável, apesar de, a meu ver, o traçado das duas Áreas de Conservação ainda precisar de ajustes para efetivamente garantir a proteção almejada.

Essa iniciativa deveria ser precedida de discussões e iniciativas bastante abrangentes, em relação à necessidade de ajustes significativos no atual regime de concessões florestais (no qual o INRENA e o Ministério da Agricultura são partes interessadas e jogam um duplo papel, ao normatizar, criar e administrar as áreas de proteção natural mas também ao promover os concursos de concessão, julgar os planos de manejo, conceder licenças ambientais e emitir permissões de exportação), ao combate ao narcotráfico e à garimpagem ilegal de ouro (que já está bem próxima ao limite norte do PNSD), bem como por um posicionamento claro em relação às intenções do governo peruano de efetivamente promover a exploração petroleira ao longo da fronteira.

Aí entra um conjunto de problemáticas que os Governos do Acre e Ucayali têm de reconhecer. Boa parte das questões em jogo na fronteira internacional são de âmbito federal. No caso do Acre, todas as terras reservadas ao longo da fronteira no vale do Juruá, localizadas inclusive na "faixa de fronteira", são de jurisdição federal. Do lado peruano, as questões relativas às concessões florestais e petrolíferas são também federais. Os Governos do Acre e do Ucayali podem até mostrar intenções de propor ações e mudanças, mas tudo depende de legislações e decisões políticas oriundas das respectivas esferas federais.

Nessa direção, é de fato fundamental a questão diplomática entre Brasil e Peru. Se do lado peruano não há qualquer indício de que seja preocupação do governo avançar nessas discussões (o sepulcral silêncio em relação à recente prisão de 38 "cidadãos" peruanos é comprovação cabal disso), do lado do governo brasileiro penso que não têm sido cogitadas, ou que não haja possibilidade de mobilizar, medidas mais enérgicas para forçar sua contraparte peruana a fazê-lo. Até porque, conforme afirmou um representante do Ministério do Meio Ambiente durante a Semana Ashaninka em Brasília, nas relações diplomáticas brasileiro-

peruanas, a questão do meio ambiente é fichinha, moeda de troca em negociações de ordem bastante maior, que envolvem, dentre outras, o apoio peruano ao assento brasileiro no Conselho de Segurança da ONU, a integração terrestre, o acesso aos portos do Pacífico, questões comerciais, o combate ao tráfico de drogas, bem como a venda do pacote do SIVAM e de aviões para fazer o policiamento da região amazônica deles.

O encontro de Pucallpa, com caráter de "reunião técnica", não substituiria, ou pretendia substituir, os mecanismos já vigentes nas relações diplomáticas entre Brasil e Peru para tratar da questão do meio ambiente, dentre os quais o principal deles: o Grupo de Cooperação Ambiental e de Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Peru, instalado pelas chancelarias dos dois países em agosto de 2001.

Este Grupo é que tem que se dinamizar, dizer de fato a que veio, e não ficar dentre os muitos acordos firmados entre os dois países. Dinamizar-se implica em sair dos gabinetes das chancelarias e incorporar pautas mais efetivas e ágeis de negociação e ação entre os órgãos executivos de ambos países, contemplando também a participação das organizações indígenas envolvidas nos processos locais e regionais, conforme estabelecem o Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho e o Tratado de Cooperação Amazônica, dos quais ambos países são respectivamente signatários e membros. No caso do Brasil, a iniciativa de criar condições para incorporar a participação indígena deveria se dar até por uma questão de respeito, pois, segundo o próprio MMA reconhece, o GT Brasil-Peru foi criado a partir de denúncias formuladas pelos Ashaninka há quase quatro anos.

A existência desse mecanismo binacional, todavia, em nada impede que os Governos do Acre e do Ucayali se encontrem para discutir assuntos de interesse mútuo, que a partir de agora terão de levar em conta a situação de graves conflitos conflagrada na fronteira.

O pano de fundo das discussões puxadas pelo Governo do Ucayali com o Governo do Acre desde início de 2004 demonstram, por sua vez, um interesse claro do executivo peruano: a possibilidade da abertura de uma estrada ligando Pucallpa a Cruzeiro do Sul. E o que mais me espantou é que o Governo do Acre está avançando nessa pauta com eles, sem que a sociedade civil daqui esteja minimamente informada a este respeito.

O Governo do Ucayali está concretizando os condicionantes com os quais se comprometeu em várias rodadas de negociação, que foram formalizados no Memorando de Entendimento N° 001-2004-ST, assinado entre ambos governos em 20 de abril passado: fazer um estudo da dinâmica fronteiriça, agora a proposta de criação de áreas reservadas ao longo da fronteira e, ainda, "elaborar os estudos e projetos básicos da rodovia Pucallpa-Cruzeiro do Sul, incluindo os ambientais e sociais, sob padrões internacionais, enumerando os possíveis conflitos e as soluções para os mesmos".

Conforme também consta do mesmo Memorando, o Governo do Acre se comprometeu, e aí minha grande surpresa, a "estudar e atualizar o melhor traçado da estrada Cruzeiro do Sul-Pucallpa, incluindo as soluções quando **esta ingresse no Parque Nacional da Serra do Divisor**"; "revisar e atualizar os projetos básicos até a fronteira, incluindo os estudos de impacto ambiental e sociais, enumerando os possíveis conflitos e soluções para os mesmos"; buscar financiamento para custear os estudos relativos à estrada, tanto do lado do Acre como em Ucayali; e promover, em Cruzeiro do Sul, em data a ser marcada, a próxima reunião da Secretaria Técnica, para, com a participação do governador do Acre e do Presidente do Governo Regional de Ucayali, proceder com uma avaliação do avanço desses trabalhos.

Essa é uma das razões pelas quais fiquei bastante animado de ir a Pucallpa e igualmente triste quando a reunião foi desmobilizada. Nessa viagem, tinha a intenção de saber mais sobre esses processos e trazer informações para o Acre, a respeito de negociações que têm corrido à boca pequena, apenas em nível governamental, sem qualquer tipo de divulgação para a sociedade civil. Uma comprovação disso é que os documentos que resultaram dessas negociações iniciais estão disponíveis na internet nos sites do Governo Regional do Ucayali e da Embaixada do Peru no Brasil, mas nada consta no site do Governo do Acre.

Somos da sociedade civil, não temos poder de criar ou decidir nada. Assim como o Governo do Acre tampouco acho que tenha possibilidade de decidir, de forma autônoma, coisas sobre as quais está negociando e se comprometendo com o Governo do Ucayali. Mas, acredito que perdeu-se uma grande oportunidade com o cancelamento da reunião em Pucallpa. Esta poderia ter sido uma ocasião privilegiada para chamar a atenção de ambos governos para o corredor de áreas reservadas e as propostas de "desenvolvimento sustentável" que construímos do lado do Acre ao longo de 30 anos de trabalho, mostrar as preocupações que nós, organizações da sociedade civil, temos, olhando a fronteira a partir do Acre, bem como os danos que vêm sendo causados à biodiversidade e às populações tradicionais do nosso lado (que poderão aumentar muito caso a estrada para Pucallpa seja aberta), e cobrar explicações a respeito de processos que ainda pouco compreendemos, e nem entenderemos somente pesquisando na internet. Teria sido uma oportunidade adequada para falar ao Governo do Ucayali que é importante, sim, criar essas duas áreas de conservação do outro lado, mas que ainda há um

bocado de dever de casa pra fazer para preparar essa iniciativa. Saber, ainda, se as organizações indígenas, cujas terras ficarão dentro das duas Áreas de Conservação propostas, concordam com a iniciativa e, se assim for, contribuir na definição de mecanismos efetivos para garantir sua participação na implantação e gestão dessas novas unidades. E, por fim, trazer informações sobre o andamento das negociações e planos para a abertura da estrada Pucallpa-Cruzeiro do Sul para poder socializar com mais gente aqui no Acre, colocando essas discussões na roda, atribuição esta que, a meu ver, caberia em primeiro lugar ao próprio Governo da Floresta, assim como o governo peruano está fazendo, aparentemente às claras, do lado de lá.

Rio de Janeiro 12 de novembro de 2004